



Direitos sexuais e prostituição: reflexões acerca do atendimento a prostitutas em serviço de saúde sexual

Carla Beatriz Campos¹

Resumo

A pesquisa em andamento tem como objetivo compreender o processo de construção de uma agenda de direitos sexuais para prostitutas, a partir da realização de pesquisa de campo em um serviço de saúde especializado em DSTs/ Aids que atenda essa população. O presente texto representa um esforço inicial de apreender a trajetória histórica pela qual passou a prostituição no Brasil, e a sua relação com os direitos sexuais. Para tanto, busca-se abordar algumas das principais discursividades construídas sobre a prostituição ao longo século XX e até a atualidade, com especial foco nos discursos advindos dos campos biomédicos e jurídico/legal.

Palavras-chave: prostituição, direitos sexuais, saúde.

Sexual rights and prostitution: reflections upon the attendance of prostitutes in a sexual health care service

Abstract

The ongoing research aims to understand the process of construction of a sexual rights agenda for prostitutes, based on the performance of field research in a health care service specialized in STDs/AIDS that serves this population. This text represents an initial effort to apprehend the historical trajectory that prostitution has undergone in Brazil, and its relationship with sexual rights. For such, we seek to address some of the main discourses built on prostitution

¹ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Bacharel e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Email: carla.beatriz.2304@gmail.com.

throughout the twentieth century and up to the present, with a special focus on discourses from the biomedical and legal fields.

Key words: prostitution, sexual rights, health.

Introdução: discursividades sobre a prostituição no Brasil (século XX-XXI)

O artigo aqui proposto refere-se à pesquisa de mestrado em andamento, cujo objetivo é compreender o processo de construção e implementação de uma agenda de direitos sexuais para prostitutas, a partir da realização de pesquisa de campo em um serviço de saúde especializado em DSTs/Aids que atenda essa população. A partir da prática da etnografia, busca-se acompanhar a rotina do serviço em questão e refletir sobre a relação entre profissionais de saúde e prostitutas, a fim de analisar as questões colocadas no debate sobre direitos sexuais na prostituição. Com a pesquisa de campo adiada em virtude da pandemia do novo coronavírus, o que trazemos aqui é o resultado das pesquisas bibliográficas iniciais acerca do tema, que mapeiam o percurso histórico pelo qual passou a prostituição e as diferentes moralidades sob as quais ela foi percebida ao longo de mais de um século. Esperamos que esta reflexão contribua para pensar a complexidade envolvida no debate sobre os direitos sexuais para prostitutas.

Tem-se por objetivo abordar algumas das principais discursividades construídas sobre a prostituição na contemporaneidade. Para tanto, serão mencionados alguns autores que discutem esta questão no período histórico entre o final do século XIX até a atualidade, priorizando o contexto brasileiro. A partir da investigação sobre o modo como a prostituição é discutida por sanitaristas, médicos e formuladores de políticas públicas, pretende-se refletir o imaginário social construído sobre a figura da prostituta, e a

maneira como ela foi compreendida no interior dos campos biomédico² e jurídico/legal. Pretende-se ainda refletir sobre como se deu a sua vinculação aos direitos humanos, e como estes impactaram o debate sobre ela na esfera pública.

Desta forma, o argumento a ser desenvolvido a seguir busca evidenciar a mobilidade de status pela qual passou a prostituição no último século. Até metade do século XX, ela foi percebida, sobretudo pelo olhar da saúde, como intrinsecamente associada ao risco de doenças venéreas, e a figura da prostituta foi construída enquanto exemplo de degenerescência física e moral. Tal perspectiva, por sua vez, coincidia com a posição do Estado em tratar a prostituição enquanto “mal necessário”, numa forma de tolerância vigiada. Há uma virada, porém, nas décadas de 1970 e 1980, com a emergência do movimento de prostitutas e da epidemia do HIV/Aids, e a área da saúde se torna espaço de articulação política de prostitutas e promoção de políticas públicas, baseadas a partir deste momento na premissa de direitos.

Há, portanto, um novo debate que chega à atualidade no interior do qual a prostituição permanece fortemente vinculada à temática das DST/Aids, mantendo-se associada ao risco e à vulnerabilidade. Porém, essa temática passa a ser agora discutida a partir de uma agenda de reivindicação de direitos, em especial os direitos sexuais³. Diante deste contexto, se coloca a questão de como pensar as políticas dirigidas a prostitutas na área da saúde: as representações estigmatizantes mantêm-se no imaginário sobre prostituição? Como estas se relacionam como o novo debate de direitos, e, especialmente, quais as possibilidades e limites em pensar os direitos sexuais para este grupo?

² Entende-se o conceito de “campo biomédico” como “o campo de saberes biológicos no qual se baseia a medicina, envolvendo as instituições e as práticas de saúde a ela associadas” (Sarti, 2010, p.78).

³ Por “direitos sexuais”, entende-se o conjunto de direitos humanos que pressupõem o exercício livre e autônomo da sexualidade pelos sujeitos, os protegendo de quaisquer formas de discriminação e/ou violência. Tais direitos também preveem o acolhimento por parte de serviços públicos de saúde e educação, no que diz respeito a temáticas relativas à sexualidade (Ávila, 2003).

Primeira metade do século XX: a vigilância policial-sanitária sobre a prostituta

Entre o abolicionismo e o regulamentarismo: a prostituição como um “mal necessário”

Pensar o status da prostituição na virada entre os séculos XIX e XX requer pensar a posição do Estado em relação a ela, e as regulações sanitárias e policiais/penais às quais ela foi submetida, mobilizadas a partir de amplas discursividades advindas do campo biomédico e jurídico. As correntes de pensamento em relação à prostituição se dividiram neste momento entre as tendências abolicionistas e regulamentaristas. Enquanto as teses abolicionistas criticavam qualquer possibilidade de regular uma atividade considerada degradante, o regulamentarismo defendia políticas de vigilância e controle sobre a prostituição, baseado em sua representação enquanto um “mal necessário”. No Brasil, prevaleceu a tese regulamentarista, que se apoiou em grande parte na preocupação sanitária que associava as prostitutas à disseminação de doenças venéreas⁴ (GASPAR, 1985; RAGO, 1991; CORRÊA; OLIVAR, 2014).

Rago (1991) detém-se com particular atenção aos processos ocorridos no período de regulação da prostituição. Tendo a cidade de São Paulo como referência, ela afirma que a preocupação das autoridades locais com o crescimento de grupos marginais, decorrentes do acelerado processo de urbanização, tornou-se uma justificativa para a elaboração de um regulamento sanitário-policial de controle da prostituição, ainda no final do século XIX. A influência do discurso biomédico neste processo foi notória. Segundo a autora, “as investidas policiais sobre o cotidiano das meretrizes fundamentaram-se nos

⁴ Ao longo do texto serão utilizados ambos os termos “doenças venéreas” e “DST” (sigla correspondente à “doença sexualmente transmissível”) para referir-se a doenças e infecções de transmitidas por vias sexuais. A alternância entre esses termos pretende ressaltar a historicidade do tema, tendo em vista que eles refletem a conceituação do mesmo fenômeno em momentos históricos distintos.

tratados médicos e nas propostas que elaboraram para gerir a sexualidade insubmissa” (p.128).

Como resultado, a autora afirma que houve uma organização das meretrizes em determinados bairros da cidade, e nas chamadas “casas de tolerância”. A implementação de pautas de teor regulamentarista na realidade brasileira resultou, pois, num fenômeno de circunscrição espacial da prostituição. Fenômeno este que se mostrava embasado numa preocupação moral de preservação de costumes, mas que também refletia o receio relativo à atuação da mulher na esfera pública. A presença feminina no espaço urbano gerava incômodo, não se restringindo a prostitutas, e a sexualidade feminina despertava na sociedade do período uma mistura de medo e fascínio. Dessa forma, restringir a presença de prostitutas a certas áreas da cidade representava um esforço maior de contenção da sexualidade feminina e da sua presença nos espaços públicos (idem, p.57).

Por conseguinte, as políticas regulamentaristas implementadas no período foram baseadas na noção amplamente difundida da prostituição enquanto um “mal necessário”, segundo a qual, ainda que a mesma se configurasse em uma doença e representasse uma ameaça de degradação moral, ela se fazia um mecanismo necessário de canalização dos “instintos sexuais masculinos”, cumprindo assim uma função social. Pode-se afirmar que a teoria do “mal necessário” foi uma das discursividades dominantes sobre a prostituição durante toda a primeira metade do século XX, impactando diretamente o olhar público e as políticas dirigidas a ela (RAGO, 1991; RODRIGUES, 2009; CORRÊA; OLIVAR, 2014).

Tal ideia, por sua vez, advinha especialmente de formulações de médicos europeus, mas era apoiada também por intelectuais de outros campos. Nas ciências humanas, é notória a percepção de Georg Simmel (1993) sobre o tema. Para o autor, ainda que a prostituição represente uma profunda desvalorização da mulher, ao rebaixá-la à impessoalidade das trocas monetárias, ela desempenha um contraponto necessário ao matrimônio. Uma vez que este se configura em um dever

social, o serviço da prostituta permite o alívio das pulsões individuais presentes no sexo masculino. Assim, Simmel fornece uma explicação sociológica para a teoria do mal necessário.

A prostituição continuará a ser sentida como um mal necessário. É esta a consequência do conflito entre exigências da maturidade sexual e as exigências da maturidade nupcial, consequência cujo caráter trágico não pode ser suprimido, mas apenas atenuado, contanto que se vejam suas vítimas não mais como sujeitos de um erro individual, mas como objetos de um erro social (SIMMEL, 1993, p. 15).

Não obstante, o discurso abolicionista sobre a prostituição foi mobilizado no contexto nacional como resposta às primeiras políticas regulamentaristas instituídas. Neste sentido, Corrêa e Olivar (2014) mostram como desde o século XIX houve uma conexão entre o movimento de abolição da escravidão e a prostituição, a partir da qual os argumentos do primeiro foram mobilizados para defender o fim da segunda. Segundo os autores, a escravidão e a prostituição foram interligadas pelo movimento abolicionista como sendo ambas resultado da degradação social, e cujo fim poderia representar o início de um processo modernizante e civilizador nas sociedades em que eram então existentes.

Rago (1991) explica que grande parte dos defensores de ideias abolicionistas sobre a prostituição o faziam como contraponto ao regulamentarismo, questionando as implicações decorrentes da intervenção do Estado sobre uma esfera da vida considerada extremamente privada. Os abolicionistas denunciavam a ineficácia de um sistema que para eles onerava apenas a mulher envolvida na prostituição. Segundo eles, a vigilância policial e sanitária sobre as zonas de meretrício expunha as prostitutas a situações humilhantes, além de que a própria definição de tais zonas representava a segregação destas mulheres em guetos urbanos.

Eles ainda afirmavam que a regulamentação vigente colaborava para a institucionalização de uma profissão precária que isentava a prostituição de luxo de maiores problemas, enquanto pressionava as prostitutas de origem humilde. A crítica ao regulamentarismo era, portanto, a de que esse mostrava-se “injusto ao penalizar apenas uma das partes contratantes” (idem, p. 131).

Assim, a corrente abolicionista se caracterizava pela crítica às condições humilhantes que o regulamentarismo impunha às prostitutas, sem deixar, porém, de apresentar um olhar igualmente moralista sobre a prostituição, que era resumida a uma relação condenável entre uma mulher e um homem pagante. Ao chamar a atenção para as condições precárias das prostitutas, o discurso abolicionista acaba por dissociar a mesma da criminalidade, sem dissociá-la, porém, da ideia de doença ou de degradação moral. Nesse aspecto, a vitimização da figura da prostituta foi fundamental para o argumento abolicionista. No interior deste discurso a meretriz não é lida como criminosa, mas como vítima de circunstâncias socioeconômicas que a empurram para o meretrício (ibidem, p.212).

Ainda que, como mostrado anteriormente, as concepções regulamentaristas e a noção de “mal necessário” tenham prevalecido na realidade brasileira, abordá-las juntamente às ideias abolicionistas permite compreender a construção da prostituição enquanto problema moral e social na passagem entre os séculos XIX e XX. Ambos os discursos buscam caracterizar e prover ferramentas de enfrentamento de tal fenômeno.

O risco iminente de doenças venéreas

Para além da vigilância policial e dos debates sobre seu estatuto legal, a prostituição também foi foco de uma importante preocupação sanitária, especialmente pela sua associação à propagação da sífilis pelas autoridades médicas do período. A preocupação higiênica em torno do tema trouxe como consequência a atenção minuciosa para a

vida e os cuidados com o corpo das prostitutas, bem como para a rotina nos bordéis (RAGO, 1991). A relação entre prostituição e doenças venéreas, por sua vez, advém da vinculação da figura da prostituta à ujeira⁵, além do entendimento da prostituição em si como uma doença, conforme visto anteriormente (GASPAR, 1985).

Assim, constituindo-se em um problema de saúde pública, “a prostituição passa a ser assunto dos médicos e não da polícia” (Rago, 1991, p.131), ponto que se reflete diretamente nas políticas de saúde pública (Gaspar, 1985; Rago, 1991). Como exemplo, um documento sobre a organização do sistema de saúde da cidade do Rio de Janeiro em 1935, evidencia como os serviços de doenças venéreas dos centros de saúde tinham como um dos principais focos de atenção a prostituição, e a sua relação com a propagação da sífilis:

Será mantido nos dispensários anti-venéreos, logo que possível, um serviço especial de vigilância, exercido de preferência por enfermeiras de Saúde Pública, com o fim de descobrir os casos contagiantes de doenças venéreas, visando particularmente a prostituição pública ou clandestina (BARROS BARRETO; FONTENELLE, 1935, p. 97).

“Degenerada”: investidas sobre a identidade da prostituta

Não obstante, a atenção dispensada à prostituição não se resumia às preocupações legais e sanitárias em relação a ela. Ao contrário, havia um interesse em compreender e caracterizar o que seria a identidade da prostituta. Como Rago (1991) explica, “as minorias cultas tematizaram a prostituição não como um fenômeno social propriamente dito, elidindo a relação desejante entre homens e

⁵ A ligação da prostituição à noção de sujeira não surge, porém, nesta época, nem tampouco é exclusiva do discurso biomédico. Eliane R. Moraes (2013) mostra como há vários séculos a etimologia da palavra “puta” carrega os sentidos de sujeira, impureza e vergonha. Segundo ela, “Uma das etimologias mais frequentes associa a meretriz à sujeira” (2013, p.39).

mulheres para privilegiar a *instituição de identidades*: no caso, a formação da personalidade degenerada da prostituta” (RAGO, 1991, p.141).

Desta forma, foi expressiva a produção científica do período, que atestava “a inferioridade física e mental da mulher e, especialmente, da prostituta” (idem, p.141). Este pensamento, por sua vez, foi fundamentado por intelectuais de relevância da época, tais como August Comte, Herbert Spencer, Krafft-Ebing, e especialmente Cesar Lombroso, e as suas ideias influenciaram amplamente o olhar médico e legal em relação à prostituição.

Os tratados médicos produzidos entre o século XIX e início do século XX tendiam a atribuir a prostituição à miséria econômica e à suposta vulnerabilidade natural da mulher. A perspectiva negativa da prostituição era ela mesma decorrente das representações negativas da mulher e da sexualidade feminina no meio científico. Ainda que estes autores não desconsiderassem a participação dos homens, a maior parte da responsabilidade pela existência da prostituição recaía sobre a própria prostituta, e a produção sobre a prostituição era amparada nas teorias sobre a condição feminina que primavam pelo “mito da inferioridade biológica da mulher”.

A elite culta da época raramente imaginava que as mulheres se lançavam à prostituição movidas pelo impulso sexual, e quando este era constatado, era tratado enquanto anomalia. Dessa forma, a dessexualização da mulher era um importante componente para a teoria, representada principalmente por Lombroso, da “degenerada nata”, que patologizava a figura da prostituta (ibidem, p.142). Se o imaginário sobre a mulher da época a representava como dessexualizada e sem maiores impulsos sexuais, a figura da prostituta representava a exata antítese disto, e, por isso, um exemplo de degeneração.

Assim, se foi interesse dos homens cultos se dedicar a constituir a identidade da prostituta, as teorias sobre ela se concentraram em dois eixos: a prostituição como resultado da miséria e vulnerabilidade

feminina, e a prostituição como anomalia resultante da degeneração da mulher, ambas amparadas em concepções misóginas sobre a mulher. É perceptível como o conteúdo delas fundamenta as posições abolicionistas e regulamentaristas.

Segunda metade do séc. XX até atualidade: uma questão de direitos?

Com base na discussão elaborada até aqui, pode-se dizer que o que marca o olhar sobre a prostituição até a primeira metade do século XX é o entendimento dela enquanto problema social, tornando-a objeto de vigilância moral, política e sanitária. Contudo, este olhar começa a mudar a partir da segunda metade do século, com o aparecimento e articulação dos movimentos de prostitutas.

Estes movimentos passam a discutir a prostituição dentro da esfera da cidadania e da reivindicação de direitos, utilizando a saúde pública como lugar estratégico de articulação política. É neste mesmo contexto que se observa o surgimento da epidemia da Aids e as mudanças no próprio campo da saúde pública, com a emergência do movimento sanitário e a subsequente criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste cenário, a prostituição continua a ser fortemente associada à infecção por DST, mas passa agora a ser discutida também dentro de uma nova discursividade, ligada aos direitos humanos. Ocorre, como explica Rodrigues:

Um deslocamento dos espaços de saber onde o tema era recorrentemente tratado até então - ciências jurídicas e saúde pública - como também uma mudança de enfoque com a preocupação moral e sanitária passando a disputar espaço com a perspectiva da cidadania e dos direitos sociais e humanos (ROBERTS, 1998, EDWARDS, 1997 apud RODRIGUES, 2009, p, 69).

O debate contemporâneo de políticas para a prostituição tem como marco inicial a eclosão dos protestos na região da “Boca do Lixo”, em São Paulo, nos quais prostitutas passaram a protestar contra a

violência policial que sofriam (CORRÊA; OLIVAR, 2014). Na ocasião, os protestos receberam o apoio de artistas, intelectuais, ativistas dos primeiros movimentos gay e algumas feministas. Este evento contribuiu então para que as prostitutas começassem a se organizar politicamente, dando origem posteriormente aos movimentos de prostitutas. Tais movimentos acabaram por centrar-se em questões como “a luta contra a discriminação e a violência, inclusive policial, e a luta pelo reconhecimento da cidadania das mulheres prostitutas” (RODRIGUES, 2009, p. 69).

A partir destes acontecimentos, a prostituição entra na agenda de redemocratização brasileira, tornando-se cada vez mais politizada ao longo da década de 1980. Neste período, surgem lideranças de prostitutas em diversas cidades, sendo Gabriela Leite uma das mais conhecidas (MORAES, 2020). Em 1987, ocorre o I Encontro Nacional de Prostitutas, do qual decorre a criação da Rede Brasileira de Prostitutas (CORRÊA; OLIVAR, 2014).

É também nesta década que surge a epidemia do HIV/Aids, atingindo diretamente a prostituição, que se torna mais uma vez uma das preocupações centrais na área da saúde, fazendo com que as prostitutas experimentem um recrudescimento nas formas de discriminação⁶ (Rodrigues, 2009). Isto leva as organizações de prostitutas a se articularem em torno da temática, reivindicando direitos a partir dela.

Deste modo, estas organizações, incluindo a Rede Brasileira de Prostitutas, se consolidaram “em torno do desenvolvimento de ações voltadas à prevenção e combate ao HIV/Aids” (Rodrigues, 2009, p. 69). Logo após a criação do Programa Nacional de DST/Aids (PN-

⁶ A correlação entre a prostituição e o HIV/Aids é inicialmente baseada na ideia de que a epidemia atingia apenas determinados grupos, considerados “grupos de risco”, que, além das prostitutas, incluíam também homossexuais e usuários de drogas injetáveis (Parker, Bastos, 1994 *apud* Teixeira Rodrigues, 2009). Além disso, a associação histórica da prostituição à disseminação de doenças venéreas/DST, e a vigilância sobre ela decorrente disso, nos permite compreender por que as prostitutas se tornaram rapidamente um dos focos de atenção nas políticas ligadas ao HIV/Aids.

DST/Aids), em 1988, ocorre o II Encontro Nacional de Prostitutas, cujo debate centrou-se na discussão de formas de prevenção entre prostitutas (CORRÊA; OLIVAR, 2014). A partir daí, a relação dos movimentos de prostitutas com as políticas de enfrentamento ao HIV se estreitou, de modo que, ao longo da década de 1990, as organizações de prostitutas passem a integrar diversas ações no interior do PN-DST/Aids.

A atuação política destes movimentos de prostitutas, especialmente na saúde, foi conduzida a partir do objetivo de se discutir a prostituição em termos de cidadania, referindo-se “a direitos sexuais e trabalhistas, e não a uma questão criminal/penal” (Teixeira Rodrigues, 2009, p. 70). Assim, as organizações passam a atuar também no campo do trabalho. É neste momento, sobretudo a partir da década de 1990, que se intensifica a discussão em prol da regulamentação e profissionalização da prostituição. Um importante exemplo disso é a inclusão da “profissional do sexo” como categoria de trabalho na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), no início dos anos 2000, a partir de ações do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Teixeira Rodrigues, 2009).

O debate sobre a regulamentação da prostituição e a reivindicação de políticas para ela baseadas na noção de direitos chega aos anos 2000, num contexto de intensa mobilização de movimentos sociais de cunho identitário, como o feminismo e os movimentos LGBT. Contudo, como afirmam Corrêa e Olivar (2014), a aproximação entre tais movimentos e a prostituição não é imediata, dadas as tensões que se colocam entre eles, o que acaba por dificultar a discussão das pautas colocadas pelo movimento de prostitutas.

Não obstante, a despeito das discordâncias políticas, o diálogo entre prostitutas e feministas é facilitado a partir da realização de conferências e debates ligados à temática do HIV/Aids, nos quais ambas as partes convergem em torno da problemática da feminização da doença, já no final da década. Como exemplo disto, os autores mencionam a elaboração do “Plano Integrado de Enfrentamento da

Feminização da Epidemia de Aids e outras DST” de 2007, no qual são incluídas medidas de prevenção e tratamentos focados em trabalhadoras sexuais.

Conclusão

Conforme afirmado anteriormente, o status e o imaginário social sobre a prostituição não são dissociados dos discursos produzidos sobre ela em diferentes campos do conhecimento, como o campo biomédico e o campo penal/jurídico. Durante a primeira metade do século XX a prostituição era pensada a partir da lógica do “mal necessário”, segundo a qual ela deveria ser tolerada, mas mantida sob estrita vigilância. Esta lógica, por sua vez, se articulava com a perspectiva biomédica que a via sob o viés de risco e enquanto vetor de doenças venéreas. Somado a isso também havia a construção da figura da prostituta como “degenerada” pela elite culta da época.

A partir da década de 1970, e ao longo das seguintes décadas, há a introdução de novos elementos na discussão da prostituição, com a emergência dos movimentos de prostitutas e a reivindicação de cidadania para elas, colocando o tema dentro da gramática dos direitos humanos. A partir disso, o debate sobre a prostituição, especialmente na saúde pública, passa a incorporar questões relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, não mais se restringindo a iniciativas para seu controle e vigilância.

No entanto, se observa nos dois períodos a continuidade da estreita relação da prostituição com as DST/doenças venéreas e a sua associação ao conceito de risco⁷. Sua entrada no discurso biomédico e

⁷ Pode-se fazer uma problematização antropológica acerca de como a noção de risco é apreendida no interior da prostituição. Nesse sentido, se destaca o trabalho de Denise Martin (2003). A partir da realização de pesquisa etnográfica com mulheres da cidade de Santos (SP), a autora chega à conclusão de que a maioria de suas entrevistadas reconhecem o risco como parte de sua atividade, e o entendem enquanto possibilidade de perigo. Ainda assim, elas não deixam de se expor a ele. Ao contrário, elas compreendem o risco como algo que não pode ser completamente eliminado, estabelecendo assim uma relação de “permissividade” em relação a ele. A partir desta

na saúde pública se dá através desta temática, e esta mantém-se enquanto a temática principal (quando não exclusiva) sobre a prostituição no interior destes. É curioso como mesmo o movimento de prostitutas encontrou nas iniciativas e políticas de enfrentamento à epidemia do HIV um espaço fundamental de atuação e reivindicação de direitos.

Em decorrência disso, podem ser lançados vários questionamentos, como: o que este fato revela sobre a percepção social da prostituição; as moralidades que recaem sobre ela; o estigma que ela carrega; e, sobretudo, como isso reflete nas políticas públicas de saúde dirigidas a essa população. Além disso, é possível questionar ainda quais as especificidades e os limites de se reivindicar direitos para prostitutas (e especificamente direitos sexuais) dentro desse paradigma.

Ademais, é possível questionar também se há algo que permanece na atualidade das lógicas sobre a prostituição subjacentes no início do século XX. Isto é, as ideias da prostituição como degradação moral, e a necessidade de controle e vigilância sobre ela, próprias daquele período, permanecem de algum modo nos dias atuais? Se sim, de que maneira elas se fazem presentes? E mais importante, como estas se articulam aos debates recentes sobre cidadania e direitos para mulheres prostitutas?

Partindo do pressuposto de que os direitos sexuais representam uma nova fase do dispositivo de sexualidade, tal como desenvolvido por Foucault (Carrara, 2015; Foucault 1988), pode-se propor a hipótese de que a discussão da prostituição continua a ser perpassada por ambas as lógicas da vigilância e da reivindicação de direitos. Assim, se as instâncias de gestão, classificação e hierarquização de práticas e identidades sexuais são agora mediadas não apenas por noções conservadoras e patologizantes, mas também pela noção dos direitos sexuais, é possível supor que a percepção da prostituição enquanto

análise, a autora reflete como a percepção da área da saúde sobre riscos não é a mesma assimilada no interior deste grupo social.

problema social e moral que necessita de controle permanece vigente, mas convive agora com os novos discursos que a inserem na dimensão dos direitos humanos. No campo biomédico e da saúde pública, por sua vez, o entendimento da prostituição enquanto risco sanitário confluiria com a perspectiva de atendimento a prostitutas enquanto política de direitos sexuais.

Referências

- ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, n. 19 (sup.2), p. 465-469, 2003.
- BARRETO, João de Barros; FONTENELLE, José Paranhos. O systema dos centros de saúde no Rio de Janeiro. *Archivos de Hygiene*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 83-115. 1935.
- CARRARA, Sérgio. Moralidades, Racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.323-345, 2015.
- CORREA, Sonia; OLIVAR, José Miguel Nieto. The politics of prostitution in Brazil between "state neutrality" and "feminist troubles". In: MURTHY, Laxmi; SESHU Meena Saraswathi. *The Business of Sex*. New Delhi: Zubaan, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, v.1. 1988.
- GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de Programa: a prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 1988.
- MARTIN, Denise. *Riscos na Prostituição: um olhar antropológico*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP. 2003.
- MORAES, Aparecida Fonseca. Gabriela Leite e mudanças nas práticas discursivas sobre prostituição no Brasil. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 70, p. 254-279, 2020.

- MORAES, Eliane Robert. Puta, putus, putida: Devaneios etimológicos em torno da prostituta. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, n. 69, p. 38-43. 2013.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1991.
- RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76. 2009.
- SARTI, Cynthia. Corpo e Doença no trânsito de saberes. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 77-90, 2010.
- SIMMEL, Georg. *Filosofia do Amor*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1993.